Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022

WNJ/F0B/AR/MA/TM 1491/23

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



Rua Major Quedinho, 90 Consolação - São Paulo, SP Brasil 01050-030



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Crefisa S.A.** - **Crédito, Financiamento e Investimentos** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 12, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, e nos saldos correspondentes, a Instituição realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso fossem realizados com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/0-1

Waldemar Namura Junior

Contador & RC 1 SP 154938/O-0

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vossas senhorias as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 acompanhado do relatório dos auditores independentes.

A administração da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acrescidas de notas explicativas, Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre tais demonstrações contábeis.

A instituição

Com mais de 50 anos de solidez e segurança no mercado financeiro, a Crefisa S.A. que tem como um dos seus principais valores, a excelência no atendimento, acredita que nada é mais importante que viabilizar o resgate do crédito para muitos brasileiros que nela acreditam ou, ainda, que tenham na Crefisa a única possibilidade para a solução dos problemas.

Nosso foco é o cliente! Zelar pelo cuidado e atendimento ao cliente é fundamental no dia a dia de nossas soluções financeiras disponibilizadas para os mais diversos públicos de forma prática e cada vez mais moderna, em todo território nacional com mais de 1.000 pontos de atendimento espalhados por todo o Brasil.

Principais destaques

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Crefisa obteve um lucro líquido de R\$ 273.332 mil (R\$ 245.599 mil em 2021), com uma rentabilidade de 4,5% (4% em 2021) sobre o patrimônio líquido final de R\$6.010.160 mil em 2022. Os ativos totalizaram R\$ 6.251.534 (R\$ 6.173.317 mil em 2021).

A receita bruta atingiu R\$2.703.387 mil (R\$2.253.958 mil em 2021).

Governança Corporativa e Controles internos

A Crefisa se utiliza de boas práticas de Governança e por isso, investe fortemente e de forma contínua na excelência da gestão, buscando tornar o ambiente organizacional e institucional mais sólido, justo, responsável e transparente.

Como parte desse processo, faz a manutenção dos controles internos, mediante a análise, revisão e aderência dos processos, bem como análise e monitoramento constante de riscos, mantendo uma estrutura que reforça e garante que os riscos assumidos pelas áreas sejam coerentes com os riscos definidos e assumidos pela Empresa.

Além disso, a Crefisa conta com uma Diretoria experiente e profissionalizada, Comitês estatutários e não estatutários de apoio à Diretoria, como por exemplo, Comitê de Remuneração e Comitê de Auditoria, além de processos de *Compliance* e Controles Internos, Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), dentre outros recursos.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota		
	Explicativa	2022	2021
Circulante		5.850.022	5.728.754
Caixa e equivalentes de caixa		315.109	145.827
Disponibilidades	4	309.566	57.832
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.543	87.995
Instrumentos financeiros	-	5.331.888	5.127.834
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.1	2.717.458	2.256.839
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	1.664.339	1.794.741
Livres		1.633.413	1.726.940
Vinculados a Prestação de Garantias		30.926	67.801
Carteira de crédito	5.3	950.091	1.076.254
Operações de crédito		1.366.350	1.556.218
Outros créditos com característica de Concessão		27.649	16.318
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito		(443.908)	(496.282)
Outros Créditos	6	201,100	454.924
Diversos		201.100	454.924
Outros Valores e Bens		1.925	169
Não Circulante	_	401.512	444.563
Instrumentos financeiros		28.629	61.439
Carteira de crédito	5.3	28.629	61.439
Operações de crédito	_	42.753	7.666
Outros créditos com característica de Concessão		39.109	103.204
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito		(53.233)	(49.431)
Outros Créditos	_	283.089	285.763
Créditos Tributários	18 a	232.887	242.177
Diversos	6	50.202	43.586
Imobilizado de Uso	7 _	21.194	19.331
Outras Imobilizações de Uso		74.292	67.729
(-) Depreciações Acumuladas		(53.098)	(48.398)
Intangível	7 _	68,600	78.030
Ativos Intangíveis		82.252	78.169
Outros Ativos Intangíveis		43.705	43.706
(-) Amortização Acumulada - Ativos Intangíveis		(57.357)	(43.845)
Total do Ativo	_	6.251.534	6.173.317

	Nota		
	Explicativa	2022	2021
Circulante		170.499	208.724
Outras obrigações		170.499	208.724
Cobrança, Arrecadação de Tributos e Assemelhados	_	646	719
Fiscais e Previdenciárias	8	75.789	88.42
Diversas	9	94.064	119.58
Não Circulante		70.875	59.72
Diversas	10	70.875	59.72
D. (1. 0.1 1/2.1)	44		5 004 04
Patrimônio Líquido	11 _	6.010.160	5.904.864
Capital Social - Domiciliados no País Reservas de Lucros		5.400.000 610.160	5.400.00 504.86

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2° Semestre	Exercício)
	Explicativa	2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		1.226.837	2.419.845	1.988.833
Operações de crédito	_	941.032	1.902.320	1.803.178
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.2	285.805	517.525	185.655
Despesas da intermediação financeira	_	(302.844)	(700.418)	(623.655)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.4	(302.844)	(700.418)	(623.655)
Resultado bruto da intermediação financeira	_	923.993	1.719.427	1.365.178
Outras despesas operacionais	_	(772.390)	(1.408.219)	(1.037.310)
Receitas de prestação de serviços		16.871	35.310	34.001
Despesas de pessoal		(15.623)	(29.209)	(26.503)
Outras despesas administrativas	13	(781.337)	(1.445.271)	(1.125.113)
Despesas tributárias	14	(60.477)	(120.615)	(101.471)
Outras receitas operacionais Outras despesas operacionais	15 16	117.870 (49.694)	246.079 (94.513)	224.816 (43.040)
Resultado operacional	_	151.603	311.208	327.868
Resultado não operacional		(153)	1.894	5.238
Resultado antes da tributação sobre o lucro	_	151.450	313.102	333.106
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(5.790)	(29.271)	(80.555)
Provisão para imposto de renda	_	(3.149)	(17.772)	(46.390)
Provisão para contribuição social		(2.641)	(11.499)	(34.165)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	_	(41.350)	(9.290)	(5.731)
Imposto de renda pessoa jurídica		(29.394)	(9.356)	(3.582)
Contribuição social sobre lucro líquido		(11.956)	66	(2.149)
Participações sobre o lucro	_	(311)	(1.209)	(1.221)
Empregados		(311)	(1.209)	(1.221)
Lucro líquido do semestre/exercício	=	103.999	273.332	245.599
Quantidade de ações		5.400.000.000	5.400.000.000	5.400.000.000
Lucro líquido por ação (em Reais)	=	0,02	0,05	0,05

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2° Semestre	Exercício		
	2022	2022	2021	
Lucro líquido do semestre/exercício	103.999	273.332	245.599	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	103.999	273.332	245.599	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstraçõe	nes contábeis			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)

				Reservas de lucros			
	Nota	Capital Realizado	Legal	Estatutárias	Reserva especial de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	<u>Explicativa</u> 11.1	5,400,000	125.114	284,550	95,200	- Acumulados	5.904.864
uero l ferido do Evereiro						273.332	273.332
ucro Líquido do Exercício		•	-	-	-	2/3.332	2/3.332
estinação							
onstituição de Reserva Legal	11.2	-	13.667	350 //5	-	(13.667)	-
eserva Estatutária ividendos	11.3 11.4	-	-	259.665	•	(259.665)	(148.468
rros sobre o Capital utilizado para aumento de Capital	11.4	•	-	(148.468) (130.450)	110.882	•	(19.568
aldos em 31 de dezembro de 2022		5.400.000	138.781	265.297	206.082		6.010.160
Autações do Exercício		-	13,667	(19.253)	110,882	-	105,296
aldos em 1º de julho de 2022	11.1	5.400.000	133.582	253.130	206.082	-	5,992,794
ucro Líquido do Semestre		-	-	-		103.999	103.999
estinação							
onstituição de Reserva Legal	11.2	-	5.199	-	-	(5.199)	-
eserva Estatutária	11.3	•	-	98.800	-	(98.800)	
ividendos	11.4	-	-	(86.633)	-	-	(86.633
aldos em 31 de dezembro de 2022		5.400.000	138,781	265,297	206.082		6.010.160
dutações do Semestre		-	5.199	12.167	-	-	17.366
aldos em 1º de janeiro de 2021		5.100,000	112.834	445.836	-	-	5.658.670
umento de Capital - AGO/E de 30/04/2021					-		
omologado pelo Bacen em 13/05/2021		300.000	-	(163.439)	-	-	136.561
ucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	245.599	245.599
estinação							
onstituição de Reserva Legal		-	12.280	-	-	(12.280)	-
eserva Estatutária		-	-	233.319	- 0E 200	(233.319)	-
onstituição de reserva de lucros ividendos		•	-	(95.200) (119.166)	95.200		(119.166
rros sobre o Capital utilizado para aumento de Capital		-	-	(16.800)	-	-	(16.800
aldos em 31 de dezembro de 2021		5.400.000	125.114	284.550	95.200		5.904.864
Autações do Exercício		300,000	12,280	(161,286)	95,200		246.194

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do fluxo de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2° Semestre	Exercíc	io
	2022	2022	2021
Das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	103.999	273.332	245.599
Ajustes ao lucro líquido	359.613	758.582	725.939
Depreciações e amortizações de imobilizado em uso	9.037	18.621	15.158
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	302.844	700.418	623.655
Provisão para contingências	419	724	709
Resultado na alienação de imobilizado	173	258	131
Provisão imposto de renda e contribuição social	5.790	29.271	80.555
Provisão imposto de renda e contribuição social diferido	41.350	9.290	5.731
Lucro liquido do semestre/exercício ajustado	463,612	1.031.914	971.538
(Aumento)/ Redução das variações em ativos e passivos	(370.773)	(683.284)	(905.466)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(394.305)	(460.619)	30.359
Títulos e valores mobiliários	320.307	130.402	143.910
Operações de crédito	(274.798)	(589.210)	(746.616)
Outros créditos	34.325	294.972	(159.030)
Outros valores e bens	(1.660)	(1.756)	490
Outras obrigações	(54.642)	(57.073)	(174.579)
Caixa liquido gerado das atividades operacionais	92,839	348.630	66.072
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(5.286)	(7.230)	(2.965)
Aplicações Intangível	(4.082)	(4.082)	(77.816)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(9.368)	(11.312)	(80.781)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(86.633)	(168.036)	(135.966)
Aumento de capital		<u> </u>	136.561
Caixa líquido gerado/(aplicado) em atividades de financiamentos	(86.633)	(168.036)	595
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.162)	169.282	(14.114)
Equivalente de caixa no início do semestre/exercício	318.271	145.827	71.946
Equivalente de caixa no fim semestre/exercício	315.109	315.109	57.832
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.162)	169.282	(14.114)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, ("Instituição" ou "Crefisa") é uma instituição financeira privada e independente, constituída em 1964 e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), operando basicamente com crédito pessoal sem consignação. Atualmente, a Crefisa atua em todos os Estados do Brasil, com mais de 1.000 pontos de atendimento.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, da Crefisa S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Crefisa S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2023.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

3.1. Disponibilidades

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.604/08 e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Instituição estão contemplados abaixo:

a) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre / exercício;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de "ajustes de avaliação patrimonial";
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

b) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar.

c) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do balanço. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações e instalações - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20%.

3.5. Intangível

Conforme disposto na Resolução CMN n° 3.642/08, os ativos intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Instituição ou exercidos com esta finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, conforme Carta-Circular n° 3.357/08 do BACEN.

3.6. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n° 3.535/08, e na Resolução CMN n° 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2022;
- Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia", e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 15%.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro), foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 01 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei 14.446/2022 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.115/2022). A partir de 1º de janeiro de 2023, a alíquota da CSLL retorna ao percentual de 15%.

3.9. Créditos tributários

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 18, incluindo o valor decorrente da majoração da alíquota citada anteriormente.

3.10. Redução de valor recuperável de ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01, aprovado pela Resolução CMN no. 3.566/08, é reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº. 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.12. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

3.13. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3.14. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário.

Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15. Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

3.16. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota explicativa nº 21 (a).

3.17. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Disponibilidades

Caixa e equivalente de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	309.566	57.832
Aplicações no mercado aberto - posição bancada -		
Letras do Tesouro Nacional	5.543	87.995
	315.109	145.827

4.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

_	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros - ligadas	1.086.370	285.806
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Não ligadas	1.631.088	1.971.033
Total	2.717.458	2.256.839

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A carteira é composta por depósitos interfinanceiros, custodiados conforme as determinações do BACEN, remunerados às taxas pósfixadas e com vencimentos até julho de 2023.

Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez:

Receita líquida com depósitos interfinanceiros:

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de aplicações interfinanceiros de liquidez	291.063	103.792
(ne 5.2.)		

5. Instrumentos financeiros

5.1. Títulos e valores mobiliários

As cotas de fundos de investimentos estão classificadas na categoria "Títulos para negociação" a valor de mercado na cotação do dia, não havendo vencimento e estão compostos como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Cotas de fundo de curto prazo	3	2
Cotas de fundo referenciado	42.530	51.259
Cotas de fundo de renda fixa	1.590.880	1.675.679
Letras financeiras do Tesouro (i)	30.926	67.801
Total	1.664.339	1.794.741

⁽i) Os prazos de vencimento dos títulos variam entre os dias 01 de março de 2023 a 01 de setembro de 2023.

5.2. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Receita líquida com títulos e valores mobiliários:

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de aplicações interfinanceiros	de	
liquidez	291.063	103.792
Rendas de títulos de renda fixa	226.462	81.863
Total	517.525	185.655

5.3. Operações de crédito

As operações de crédito em 31 de dezembro 2022 e 2021 estão compostas por Empréstimos - Crédito Pessoal Pessoa Física - Setor Privado, Pessoa Jurídica - Outros Créditos com taxas prefixadas e pósfixadas, atualizadas de acordo com os contratos. Composição das operações de crédito por vencimento das parcelas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da carteira de operações de crédito é demonstrada como segue:

a) Por tipo de operação

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante Empréstimos e títulos descontados Outros créditos com característica de concessão Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.366.350 27.649 (443.908) 950.091	1.556.218 16.318 (496.282) 1.076.254
	930.091	1.070.234
Ativo não circulante	42.752	7 ///
Empréstimos e títulos descontados Outros créditos com característica de concessão	42.753 39.109	7.666 103.204
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(53.233)	(49.431)
riovisões para perdas esperadas associadas ao risco de credito	28.629	61.439
	20.029	01.439
Total	978.720	1.137.693

b) Por atividade econômica

	31/12/2022	31/12/2021
Setor privado		
Pessoas físicas	1.409.103	1.563.884
Pessoas jurídicas	66.758	119.522
	1.475.861	1.683.406

c) Por faixa de vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer:		
Até 30 dias	204.851	230.295
De 31 a 60 dias	228.866	222.501
De 61 a 90 dias	109.734	145.971
De 91 a 180 dias	242.053	264.480
De 181 a 360 dias	150.539	175.171
Acima de 360 dias	81.862	110.870
	1.017.905	1.149.288
Vencidos:		
De 15 a 30 dias	39.606	57.232
De 31 a 60 dias	56.033	81.841
De 61 a 90 dias	52.733	60.309
De 91 a 120 dias	41.493	66.457
De 121 a 150 dias	43.987	57.706
De 151 a 180 dias	50.194	46.674
De 181 a 240 dias	78.229	85.068
De 241 a 300 dias	63.754	48.932
De 301 a 360 dias	31.064	29.899
Acima de 360 dias	863	-
	457.956	534.118
Total	1.475.861	1.683.406

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.4. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	545.713	566.418
Baixas contra a provisão	(748.990)	(644.360)
Provisão constituída no período	700.418	623.655
Saldos finais	497.141	545.713

Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2022, as recuperações por recebimento das operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como "Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo" no valor de R\$ 175.856 (R\$175.042 em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com as Resoluções nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional, a metodologia de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada com base nos níveis de risco da carteira de créditos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o risco da carteira estava assim distribuído:

		31/12/2022		31/12/2	.021
Nível	Percentual	Valor		Valor	
de risco	de provisão	da carteira	Provisão	da carteira	Provisão
A	0,5%	688.526	3.443	676.012	3.380
В	1,0%	58.496	585	74.019	740
C	3,0%	83.581	2.507	121.207	3.636
D	10,0%	68.558	6.856	96.315	9.632
E	30,0%	49.953	14.986	212.303	84.992
F	50,0%	51.795	25.898	80.424	40.212
G	70,0%	125.044	92.958	66.682	46.677
Н	100,0%	349.908	349.908	356.444	356.444
Total		1.475.861	497.141	1.683.406	545.713

6. Outros créditos - diversos

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais (a)	50.202	43.586
Recebimentos diversos (b)	8.832	13.739
Títulos e créditos a receber	14.249	8.046
IRPJ a compensar	19.116	8.404
CSLL a compensar	4.404	5.507
INSS a compensar	56	-
TECBAN e Saque Pague (c)	129.687	399.879
Adiantamento para pagamento de nossa conta	18.875	17.564
Outros	5.881	1.785
	251.302	498.510
Circulante	201.100	454.924
Não circulante	50.202	43.586

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Referem-se basicamente a depósitos judiciais para garantia de processos de natureza cível, tributário e trabalhista;
- (b) Refere-se a recebimentos de operações de crédito ocorridos no final do mês de dezembro e disponíveis nas contas correntes bancárias da Instituição no início do mês subsequente;
- (c) Refere-se à disponibilidade de numerário para clientes, para operações e saques.

7. Ativo não circulante - Permanente

7.1. Composição - Imobilizado

	31/12/2022			31/12/2021
	Custo	Depreciação	lmobilizado	Imobilizado
	Corrigido	Acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	5.033	(3.514)	1.519	1.882
Mobiliário	1.445	(1.034)	411	314
Equipamentos de processamento de dados	48.487	(37.875)	10.612	7.841
Equipamentos de comunicação e				
segurança	4.950	(4.822)	128	103
Outros equipamentos	6.229	(4.513)	1.716	2.278
Terrenos	5.507	=	5.507	5.507
Edificações	2.641	(1.340)	1.301	1.406
	74.292	(53.098)	21.194	19.331

7.2. Movimentação - Imobilizado

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Instalações	4.903	130	-	5.033
Mobiliário	1.281	212	(48)	1.445
Equipamentos de processamento de dados	42.049	6.522	(84)	48.487
Equipamentos de comunicação e segurança	4.867	83	-	4.950
Outros equipamentos	6.481	109	(361)	6.229
Terrenos	5.507	-	-	5.507
Edificações	2.641			2.641
	67.729	7.056	(493)	74.292

7.3. Composição - Intangível

	31/12/2022			31/12/2021	
		Amortização			
	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido	
Licenças e direitos autorais de uso	22.426	(8.273)	14.153	15.282	
Direito exclusividade ou preferência	59.826	(7.082)	52.744	58.899	
Outros ativos intangíveis	40.413	(39.918)	495	2.312	
Benfeitorias	3.292	(2.084)	1.208	1.537	
Total Intangível	125.957	(57.357)	68.600	78.030	

7.4. Movimentação - Intangível

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Licenças e direitos autorais de uso (i)	18.169	4.257	-	22.426
Direito exclusividade ou preferência (ii)	60.000	-	(174)	59.826
Outros ativos intangíveis	40.414	-	(1)	40.413
Benfeitorias	3.292	-	-	3.292
Total Intangível	121.875	4.257	(175)	125.957

(i) Refere-se a aquisição de direito de uso de softwares;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Refere-se basicamente a direito de exclusividade de exploração comercial de produtos financeiros

8. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

A conta "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" possuía a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	3.103
PIS e COFINS - Provisão constituída	10.069	9.658
PIS e COFINS - Parcelamento	44.678	54.522
INSS - Parcelamento	1.480	1.807
Outros	19.562	19.331
Total	75.789	88.421

9. Outras obrigações - Diversas - circulante

A conta "Outras obrigações - diversas" possuía a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Outros Depósitos	10.865	12.973
Provisão para pagamentos a efetuar - pessoal	1.517	1.355
Outras Despesas Administrativas	81.123	84.999
Honorários Advocatícios	-	20.000
Credores Diversos	559	257
Total	94.064	119.584

10. Outras obrigações - Diversas - não circulante

A Instituição, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza tributária, legal, cível e trabalhista. As provisões decorrentes dessas demandas são constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessário o desembolso, a provisão é revertida.

A composição e movimentação da provisão para demandas judiciais podem ser assim demonstradas:

	31/12/2021	Adição	Baixa	31/12/2022
Matéria				
Trabalhista	53.353	2.057	(4)	55.406
Cível	6.376	11.454	(2.361)	15.469
Saldo final	59.729	13.511	(2.365)	70.875

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perdas possíveis não provisionadas nas demonstrações contábeis

As demandas judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, podem ser assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias IRPJ e CSLL	-	770
Cíveis Perdas e danos	-	426.182
Trabalhistas Reclamação trabalhista	-	87.183
Total		514.135

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 5.400.000 (R\$ 5.400.000 em 31 de dezembro 2021) e está representado por 5.400.000.000 de ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada (5.400.000.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro 2021 de R\$ 1,00 cada).

11.2. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando à disposição da Assembleia Geral.

A reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando à disposição da Assembleia Geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi constituído o montante de R\$ 13.667 (R\$ 12.280 em 2021) a título de reserva legal.

O saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 138.781 (R\$125.114 em 2021).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3. Reserva de retenção de lucros - estatutária

A reserva estatutária é composta pelo saldo remanescente do lucro líquido após destinação do percentual para a reserva legal, ficando à disposição da Assembleia Geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram destinados das reservas estatutárias R\$ 259.665 (R\$ 233.319 em 2021) para constituição de reservas especial de lucros.

O saldo de reserva estatutária em 31 de dezembro de 2022 é de R\$265.296 (R\$ 284.550 em 2021).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram destinados das reservas estatutárias R\$110.882 para constituição de reservas especial de lucros (R\$95.200 em 2021).

O saldo de reserva especial de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 206.082 (R\$ 95.200 em 2021).

11.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram distribuídos dividendos no montante de R\$148.468 (R\$119.166 em 2021), e pagos a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, o montante de R\$0 (R\$16.800 em 2021).

A Instituição possui como controladora, a holding Crefipar Participações e Empreendimentos S.A.

12. Transações com partes relacionadas

12.1. Transações com controladores (diretas e indiretas)

A Instituição e suas empresas ligadas mantêm transações entre si, e são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/2009. As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir demonstramos o resumo destas transações.

	Ativo		Receita	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidade				
Banco Crefisa S.A.	302.571	51.167	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.086.370	285.806	51.657	4.119
Total	1.388.941	336.973	51.657	4.119
	Pass	sivo	Desp	oesa
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outras obrigações - diversas				

- Adobe Assessoria de Serviços (a) 52.750 60.000 593.531 458.953 Toscana Telemarketing e Serv.em Geral (b) 16.900 34.000 Panda Agência de Publicidade. e 961 1.743 Propaganda (c) Banco Crefisa S.A. (d) 96 47 249.544 122.384 52.846 60.047 878.036 599.980 Total
- Refere-se a despesas com serviços de atendimento aos clientes, elaboração e análise de cadastro, cobrança, serviços de informática (assistência técnica e compra de equipamentos) e segurança de dados, cessão de espaço para atendimento, publicidade e propaganda e contingências, classificadas em outras despesas administrativas;
- **(b)** Refere-se a despesas com serviços de call center, atendimento telefônico a clientes, cobrança, SAC e divulgação;
- (c) Refere-se a despesas com serviços de agenciamento com propaganda e publicidade;
- (d) Refere-se a despesas de prestação de serviços de assessoria e consultoria financeira, elaboração de relatórios, gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, comissão de fiança e indicação de clientes.

13. Outras despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Descrição		
Despesa de água e energia elétrica	1.658	1.563
Despesas com correios e malotes	5.477	5.225
Despesas de comunicações	20.171	16.972
Doações e patrocínios	1.200	2.502
Despesas de manutenção conservação e limpeza	7.878	6.634
Despesas de materiais de escritório, limpeza e diversos	4.363	1.656
Despesas de prestação de serviços comerciais (i)	378.123	262.323
Despesas de serviços de cobrança	498.952	375.452
Despesas com serviços de manutenção de sistemas	74.417	55.335
Despesas de publicidade e propaganda	106.789	125.165
Despesas de serviços do sistema financeiro	215.866	176.627
Despesas com assessoria técnica especializada	28.624	17.368
Despesas de execução e acordos judiciais	87.415	69.518
Despesas diversas	14.338	8.773
	1.445.271	1.125.113

(i) Refere-se a serviços prestados pelo Banco Crefisa S.A., com assessoria de financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas tributárias

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com ISS	1.700	1.581
Despesas com COFINS	100.805	83.119
Despesas com PIS	16.381	13.507
Despesas com IPTU	413	375
Despesas com Impostos Federais	1.316	2.889
Total	120.615	101.471

15. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ressarcimento de despesas	154	24
Recuperação de depósitos judiciais	1.407	1.290
Reversão de provisões operacionais	7.361	-
Encargos moratórios (a)	220.654	223.502
Outras	16.503	-
Total	246.079	224.816

a) Refere-se recuperação de créditos de operações em atraso.

16. Outras despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Amortização e depreciação	18.621	15.158
Outras operacionais	27.129	5.169
Multas	1.550	-
Provisões trabalhistas e cíveis	13.508	6.376
Tarifas Mastercard	6.034	4.929
Juros	6.058	2.253
Outras despesas indedutiveis	9.093	-
Variação cambial	859	493
Operação cartão pré-pago	2.514	7.887
Outras	9.147	775
Total	94.513	43.040

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Notice de Aires	31/12/2022	31/12/2021
Natureza dos Ajustes Resultado antes da tributação sobre o lucro	313.102	333.106
Adições / (exclusões):	(238.542)	(139.503)
Provisão para contingências	11.147	2.599
Provisão para Devedores Duvidosos	695.418	623.655
Outras Provisões	(13.084)	4.354
Perdas Lei 9430/96 - PF	(735.682)	(579.973)
Juros sobre o Capital próprio	(130.450)	(112.000)
Participações sobre o lucro	-	(1.221)
Incentivos Fiscais	1.200	2.502
Outros	(67.091)	(79.419)
Base de cálculo do IRPJ	74.560	193.603
Imposto de renda apurado	18.616	48.377
Incentivos fiscais de dedução	(844)	(1.987)
Imposto de renda apurado	17.772	46.390
Base de cálculo da CSLL	74.560	193.603
Contribuição social apurada	11.499	34.165
Total IRPJ e CSLL apurado	29.271	80.555
IRPJ - Estimativa	(35.045)	(47.920)
CSLL - Estimativa	(15.815)	(31.061)
Total IRPJ e CSLL devido / a compensar	(21.589)	1.574

18. Ativo diferido IRPJ e CSLL

Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição constituiu crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor total de R\$ 232.887 (R\$ 242.177 em 2021). O objetivo da constituição do crédito foi adequar as melhores práticas contábeis, visando o equilíbrio das contas de resultado versus contas patrimoniais, e demonstrando de forma clara e efetiva a transparência nas demonstrações contábeis.

(a) Composição do ativo diferido:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contingências Trabalhistas	55.406	53.353
Provisão para Devedores Duvidosos	497.141	545.713
Provisão Contingências Cíveis	15.469	6.376
Base de cálculo	568.016	605.442
Cálculo:		
CSLL - 16%	90.883	-
CSLL - 15%	-	90.816
IRPJ - 25%	142.004	151.361
Total saldo do crédito tributário	232.887	242.177

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Conforme histórico da área jurídica, os processos judiciais demandam em média 4 anos para finalização, considerando algumas variáveis, tais como acordos judicias, regiões onde se questionam os processos, tendências jurisprudenciais, entre outros;
- (b) Os contratos firmados com os clientes possuem fluxo de pagamento médio de 12 parcelas, associado às regras da Resolução na 2.682/99 do CMN, pode-se concluir, conservadoramente, que a totalidade da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será revertida à prejuízo no prazo máximo de 2 anos.

(b) Movimentação da composição do ativo diferido:

		entações	
Saldos em 31/12/2021	Constituições	Realizações/ Baixas/ Transferências	Saldos em 31/12/2022
53.353	2.057	(4)	55.406
545.713 6.376 605.442	700.418 11.454 713.929	(748.990) (2.361) (751.355)	497.141 15.469 568.016
	31/12/2021 53.353 545.713	31/12/2021 Constituições 53.353 2.057 545.713 700.418 6.376 11.454	Saldos em 31/12/2021 Constituições Baixas/ Transferências 53.353 2.057 (4) 545.713 700.418 (748.990) (2.361) 6.376 11.454 (2.361)

Expectativa de realização do ativo diferido (c)

O crédito tributário da Instituição em 31 de dezembro de 2022 representado por diferenças temporárias provenientes da provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para demandas judiciais, possuem a seguinte expectativa de realização:

Base	R\$	Expectativa de realização
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	203.828	24 meses
Provisão para contingências trabalhistas	22.717	20 meses
Provisão para contingências cíveis	6.342	21 meses
Total	232.887	

19. Comitê de remuneração

A Instituição adota apenas remuneração fixa para seus administradores, e não concede planos de benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios ao longo prazo e remuneração baseada em ações para diretoria e a administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos a título de honorários de diretoria o valor de R\$ 3.992 (R\$ 5.234 em 2021). Possui Comitê de remuneração com as seguintes atribuições:

 Elaborar, supervisionar e operacionalizar a política de remuneração dos administradores;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Avaliar cenários futuros, internos e externos e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração;
- Zelar para que a política de remuneração esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição; e
- Seguir a lei e a regulamentação aplicável.

20. Gerenciamento de Riscos e de Capital

a. Gerenciamento de Riscos

Em linha com a legislação vigente, o Conglomerado Prudencial Crefisa, que compreende a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos e o Banco Crefisa S/A, possui estrutura de gerenciamento de riscos, segregada das áreas de negócios, compatível com o grau de complexidade e nível de risco das suas operações. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por metodologias, políticas e procedimentos que definem as diretrizes para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os principais riscos que o Conglomerado está exposto, em acordo com os níveis descritos na sua Declaração de Apetite por Riscos, desempenhando importante papel para seu crescimento sustentável.

Assim como é fundamental o gerenciamento individualizado de cada risco, também se avalia o impacto da interação entre os riscos, de modo a combinar a rentabilidade das operações com níveis de riscos, dando suporte na definição de estratégias e na tomada de decisão pela alta administração.

Os riscos são segregados em financeiros (crédito, mercado e IRRBB e liquidez) e não financeiros (operacional, socioambiental e climático, continuidade dos negócios, conformidade, privacidade e proteção de dados e cibernético) conforme o modo de mensuração de sua exposição.

Risco de crédito

A Crefisa identifica e avalia o risco de crédito em operações de crédito pessoal e consignado para pessoas físicas e produtos de crédito em geral para pessoas jurídicas, contemplando reestruturação de instrumentos financeiros, ativos problemáticos e contrapartes conectadas.

Monitora as exposições concentradas, a concentração em contrapartes, as perdas com operações de crédito e vários outros indicadores. Quando pertinente, estabelece procedimentos para mitigar os riscos e as perdas, como execução de garantias e ações de cobrança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado e IRRBB

A Crefisa identifica o risco de mercado através da decomposição dos ativos que compõem sua carteira em fatores primitivos de risco e estima a perda que a oscilação no preço de mercado dos ativos pode acarretar. Para isso, utiliza o VaR (Value at Risk).

Monitora diariamente as exposições e limites estabelecidos internamente e, quando pertinente, revisa a estratégia de investimentos. Realiza backtesting para avaliar a efetividade do modelo e complementa a avaliação do risco com o cálculo do VaR Stress.

Gerencia o risco das movimentações adversas das taxas de juros, ou seja, o IRRBB, através do ΔΕVΕ (*Delta Economic Value of Equity*). Mensalmente avalia se o capital é suficiente para cobrir o IRRBB e, quando pertinente, adota ações pertinentes para mitigar o risco.

Risco de liquidez

Para o gerenciamento do seu risco de liquidez, a Crefisa avalia se tem recursos suficientes para honrar com suas obrigações de curtíssimo prazo (liquidez imediata) e o descasamento do fluxo de caixa entre ativos e passivos nos médio e longo prazos, respeitando os limites definidos internamente.

Mantém o Plano de Contingência de Liquidez atualizado e aprovado nas alçadas competentes e o aciona de acordo com as regras nele estabelecidas.

Risco operacional

A Crefisa identifica o risco operacional e controles em seus processos através de mapeamento estruturado de fragilidades, incluindo o risco de tecnologia da informação e o risco legal. A avaliação do nível de exposição é obtida através de uma combinação de critérios qualitativos e quantitativos, disponíveis em documento específico, e da efetividade dos controles. Caso seja considerada inadequada, são definidos planos de ação para adequação da efetividade do controle e então mitigação do risco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco socio, ambiental e climático

O risco social, ambiental e climático (RSAC) na Crefisa surge da sua relação com as partes interessadas (Clientes, Colaboradores e Parceiros) e permeia os demais riscos que a instituição está exposta. O gerenciamento desse risco envolve: a definição e monitoramento de indicadores específicos de RSAC e mesclados com outros riscos; a divulgação das diretrizes SAC que a instituição espera que seus parceiros estejam aderentes, asseguradas pela inclusão de cláusulas contratuais; o monitoramento da inclusão de clientes e parceiros em listas restritivas durante todo o período de relacionamento com a instituição; a definição de alçadas para aprovação de relacionamento com as partes interessadas; dentre outras ações.

Risco de continuidade de negócios

O gerenciamento desse tipo de risco fornece estrutura para que a Crefisa seja capaz de responder eficazmente a situações de interrupções em seus negócios e salvaguardar a reputação da sua marca e suas atividades geradoras de receita.

Possui um Plano de Continuidade de Negócios atualizado, com um conjunto previamente definido de estratégias e procedimentos para ações de contingência, para gerenciamento de crises e para recuperação das funcionalidades dos ativos de Tecnologia da Informação que suportam os processos/atividades vitais e críticos para restabelecer o ambiente e as condições originais da operação. Realiza periodicamente testes e revisões para assegurar a efetividade do plano.

Risco de conformidade (compliance)

A Crefisa possui estrutura dedicada à função de conformidade, segregada das áreas de negócios e de auditoria interna, para atuar com independência e assegurar o exercício pleno de suas atividades.

Mantém política específica, que estabelece diretrizes para avaliar e monitorar a aderência da Crefisa ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, aos normativos internos e outros regulamentos que esteja obrigada a observar; realiza testes periódicos; monitora a publicação de novos normativos externos e a implementação de adequações, quando necessário; e estabelece condições mínimas regulatórias que devem ser observadas em novos projetos ou produtos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de privacidade e proteção de dados

A Crefisa considera a privacidade e proteção de dados muito importante. Por isso, possui estrutura dedicada e independe das áreas de segurança e de tecnologia da informação para o gerenciamento desse tipo de risco, baseado nos pilares da análise de impacto à privacidade (PIA) e da análise de impacto de Proteção de Dados (DPIA).

A avaliação do nível de exposição ao risco é realizada através da combinação de análises qualitativas e quantitativas do processo e ferramentas envolvidas e da análise da efetividade de controles mitigatórios. Quando pertinente, são definidos planos de ação para corrigir deficiências e assegurar o tratamento adequado dos dados da Crefisa e de seus clientes, colaboradores e parceiros.

Risco cibernético

O risco cibernético vem das tentativas criminosas de danificar, roubar ou destruir dados, comprometendo sites, servidores ou interrompendo infraestruturas de tecnologia da Crefisa. Para o gerenciamento desse risco, a Crefisa possui estrutura dedicada e independente das áreas de tecnologia da informação, que conta com diversos mecanismos para identificar, evitar e proteger os ativos da instituição e assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação na instituição.

Gerenciamento de capital

O Gerenciamento de Capital visa apoiar o processo decisório nos negócios, além de manter o nível de capital da Crefisa enquadrado aos limites mínimos exigidos pelo regulador.

Com base nisso, a instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, compatível com os riscos incorridos, cujo objetivo é monitorar e controlar sua suficiência frente aos riscos que está exposta, bem como realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Crefisa.

O Patrimônio de Referência da Crefisa é constituído pelo Capital Social e Reservas de Lucros, deduzidos de ajustes prudenciais, perfazendo o valor de R\$ 6.076 bilhões em 31 de dezembro de 2022, sendo a totalidade desse valor enquadrada como PR Nível I.

O Índice de Basileia nessa data foi de 69,57%, ficando acima do limite mínimo estabelecido pelo regulador.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico www.crefisa.com.br

21. Outros assuntos

(a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB n°. 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição. Nosso resultado contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 273.332 e (R\$ 245.599 em 2021) líquido de impostos, sem a existência de resultados não recorrentes.

Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil.

O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pela Diretoria da instituição Crefisa.

Plano para implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da Crefisa, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização.

Entretanto, como o órgão regulador (Banco Central do Brasil) provavelmente irá divulgar outras normas complementares, necessárias à execução do referido normativo, sobre o modelo do método simplificado para a amortização do custo da transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ (que consiste na avaliação das características e termos contratuais dos ativos financeiros da empresa, com o objetivo de identificar se existem aspectos que possam implicar que os fluxos de caixa não representem exclusivamente o pagamento de principal e juros), critérios da abordagem simplificada para perda esperada e provisionamento para ativos financeiros entre

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

outros motivos, este plano poderá ser revisto pela gestão da instituição Crefisa.

Abaixo estão listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 que entendemos ser importantes e relevantes:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Contabilidade de Hedge; e
- Evidenciação.

Para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- Cenário atual: como a Crefisa trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- Proposta: o que a Crefisa entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma, contemplando:
- Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela Crefisa, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução;
- Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

22. Eventos subsequentes

Mudança do entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF sobre a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o Tema 881 - Recurso Extraordinário n° 949.297 e Tema 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram do julgamento destes Temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais definitivas, a favor dos contribuintes, devem ser anuladas se, posteriormente, o Supremo proferir entendimento distinto sobre a mesma matéria.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ou seja, se uma empresa obteve autorização da Justiça para não recolhimento de algum tributo, esta permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos a decisão do STF, em consonância com o CPC25/IAS37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 - Eventos Subsequentes, e concluiu que esta não resulta em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Leila Mejdalani Pereira Diretora Presidente	José Roberto Lamacchia Diretor Superintendente
Celita Rosenthal Boraks Diretora	Ivan Dumont Silva Diretor
Alexandre Pinelli	Márcio Felipini
Diretor	Contador-TC- CRC 1SP 197 370/0-2/